

A DIFUSÃO E A “PÓS-DIFUSÃO” CULTURAL COMO ESTRATÉGIA DE DISSEMINAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ARQUIVO.

Suellen Barbosa Galdino suellenjucy@gmail.com¹

Rodrigo Fortes de Ávila rodfortes@gmail.com²

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir as estratégias do processo de difusão cultural em arquivos públicos e privados, tendo em vista a necessidade de torná-los conhecidos à sociedade. A abertura destes serviços para inserção dos cidadãos está atrelada diretamente à sua divulgação social. Sendo assim, pretende-se compreender inicialmente as funções do arquivo, intensificando-se a vertente social, buscando conhecer quem são os seus usuários em potencial. Parte-se do pressuposto essencial de que se faz necessária uma difusão cultural para uma dimensão social ampla. Tal função pode ser realizada tanto em meio físico quanto digital, reverenciando-se as suas especificidades, possibilitando ao arquivo o seu uso cultural. Sendo a difusão realizada em um período breve, é importante pensar na pós-difusão, entendida aqui como a realidade posterior a esse evento, observando o acompanhamento do usuário nessa nova perspectiva de busca pelo conhecimento. A inserção dos usuários nos serviços de arquivo deve ser uma preocupação observada paulatina e progressivamente, o que nos leva a uma discussão acerca do “comportamento informacional”, tendo em vista a necessidade, a busca e o uso da informação.

Palavras-chave: Difusão Cultural; Pós-difusão; Usuário.

1. Introdução

Diante de um novo contexto informacional, onde a sociedade tem buscado o conhecimento, independentemente de ser em um lugar ou em um “não lugar” (Fonseca; Jardim, 2004), que vem a ser o ambiente digital, o arquivo por ser detentor da informação/conhecimento está aos poucos passando a ter mais visibilidade e deixando de ser conhecido pelo estereótipo de “arquivo morto” ou simplesmente de “estoque de informação”.

Sendo esse lugar de gestão da informação capaz de tornar a sociedade conhecedora da sua história e dos seus direitos, é de suma importância fazer com que ele seja notório também como lugar de cultura, dado que “não existe comunicação sem cultura, nem cultura sem comunicação” (Martín-Barbero, 1997). A cultura é expressa, de maneira equivocada, como um elemento associado ao museu e a biblioteca. Isto ocorre pelo fato desses lugares já nascerem com o objetivo de servir ao usuário/cidadão, porém a literatura arquivística intensifica a noção dos arquivos como apoio inicial à administração e somente quando chega à fase permanente serve à sociedade, em caráter mais amplo.

¹Graduanda do curso de Arquivologia da UEPB – Universidade Estadual da Paraíba.

²Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Professor do curso de Arquivologia da UEPB – Universidade Estadual da Paraíba.

Um grande problema encontrado para tornar esse lugar de memória visível, é o fato de pensar no usuário apenas na última fase do arquivo, ou seja, a terceira idade ou fase permanente. Diante dessa problemática e da urgência de estimular a população a entrar em contato com o arquivo, temos a necessidade inicial de conhecer as suas funções, destacando a sua vertente cultural. Sendo assim, é importante observar a difusão cultural desta unidade de informação, proporcionando à sociedade o conhecimento deste “lugar cultural”.

Nessa perspectiva, vamos abordar também a difusão em ambiente digital, que é um grande facilitador da disseminação da informação na contemporaneidade. E entender quais são os usuários reais e potências do arquivo e o papel do arquivista diante da nova realidade de acesso à informação.

2. As funções do arquivo

Sob uma visão geral, muitas vezes estreita, o arquivo administrativo, conhecido também como corrente, é aquele onde os documentos são consultados com bastante frequência, devido o seu valor funcional, respondendo aos requisitos de sua própria gênese. Já no intermediário têm-se os registros documentais provenientes dos arquivos correntes, sem o mesmo valor de uso. Por último, apresenta-se o permanente, onde estão os documentos que não possuem mais valor administrativo e são conservados em função do seu valor histórico/cultural e informacional. Neste sentido, a literatura explicita uma linha de raciocínio que defende que no ciclo de vida¹ dos documentos só podemos visualizá-los com valor cultural na última fase.

De acordo com Rousseau e Couture (1998, p. 122),

[...] o que justifica ou aquilo em que se baseia o tratamento dos arquivos para fins culturais, patrimoniais ou de investigação, é a sua qualidade de testemunho. Esses documentos provam a existência do objeto de qualquer reconstituição e a fidelidade desta em relação à realidade evocada.

Zapata (2002) nos apresenta uma visão mais abrangente e contextualizada com a realidade dos arquivos, discutindo que o processo de evolução de desenvolvimento do arquivo

¹ Teoria os arquivos são considerados arquivos correntes, intermediários ou permanentes, de acordo com a frequência de uso por suas entidades produtoras e a identificação de seus valores primário e secundário. (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 160). Tal abordagem é questionada pela proposta da “Arquivística Integrada” – apresentada pelos canadenses, que concebe a produção documental sem o rompimento de seu ciclo. Os australianos intensificam o ciclo de vida de uma maneira muito mais conceitual e menos atrelada a constituição do objeto de estudo da arquivística.

tem ocorrido de forma emergente em diferentes tipos de informação, os quais não têm recebido o mesmo tratamento ou importância que os usos tradicionais.

Neste sentido, ele agrupa, no quadro abaixo, quais são esses usos. Ainda no mesmo quadro divide os usos em: sociais, técnicos, científicos e comerciais. Cada uso tem sua importância e finalidade. No entanto, queremos frisar que o uso comercial é o que busca unir a informação documental ao cidadão, pois são realizadas atividades com este fim, como é o caso da realização de documentários e de cinema.

Atividades dessa natureza atraem os indivíduos que não conhecem os serviços de arquivo como um “lugar cultural”. À medida que há o interesse manifesto por essas atividades culturais e educativas, devido ao seu conteúdo informativo, estes indivíduos passam a perceber que este “lugar de informação” tem um impacto direto sob a sua vida como cidadão.

Quadro 1: Novos usos do arquivo

Usos dos arquivos	Sociais	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Educação ❖ Democracia ❖ Consolidação de valores ❖ Literatura
	Técnicos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Estado de arte de desenvolvimento da ciência e da técnica.
	Científicos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Investigação em sociologia ❖ Estudos psicossociais ❖ Estudos forenses ❖ Investigação em ciências
	Comerciais	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Realização de documentários ❖ Publicidade ❖ Realização de cinema, radio e TV ❖ Turismo

FONTE: Zapata (2002, p.2). Tradução e grifo nosso.

Sendo assim, compreendemos que o arquivo, mesmo surgindo para atender à administração, pode ser utilizado para diversas finalidades, que vão desde a ciência até a necessidade singular da população, que nem tem conhecimento da existência dos arquivos e de sua importância para construção de sua história e encontro de suas memórias, sejam elas individuais ou mesmo coletivas.

Tomamos neste trabalho as sete funções arquivísticas propostas e evidenciadas por Rousseau e Couture (1998, p.265), destacadas no quadro 2, que envolvem a criação ou produção, avaliação, aquisição, conservação e preservação, classificação, descrição e difusão ou acesso. Neste sentido, Bellotto (2006) afirma que o arquivo, além dessas competências, que é o que alimenta sua criação e desenvolvimento, executa outra atividade de caráter secundário, que possibilita as formas sociais do arquivo e lhe impulsiona ao conhecimento por parte da sociedade ou da comunidade. A autora está se referindo as atividades de cunho cultural.

Schellenberg (2006) discute sobre as razões que levaram a França, a Inglaterra e os EUA a criarem seus arquivos, e afirma que a primeira razão foi à necessidade prática de incrementar a eficiência do governo e em segundo plano coloca a ordem cultural, que antecipa o interesse pessoal. Contudo, é de suma importância destacar que mesmo sendo a função administrativa do arquivo primordial, não significa que a função cultural esteja em outra posição de importância. A função cultural do arquivo pode ser vista em paralelo com a administrativa, porém, devemos levar em consideração a advertência de Bellotto (2006, p.227):

[...] Nenhum arquivo público sobrevirá em prestígio e em dotação orçamentária, se esquecer dessa máxima. Não alcançara a dimensão que lhe é legitimamente devida, se fizer do seu recinto apenas um espaço cultural, onde bem sucedidos eventos sociais irão mascarar sua inércia e inoperância no que tange às suas verdadeiras atribuições.

A função cultural está associada à busca pela inserção do arquivo na sociedade e por esse motivo entendemos ter ele também função de “ordem primária”, tendo em vista que não adiantaria ter um arquivo em uma ótima dimensão estrutural e não ter usuários para realizar pesquisas e usufruir dos serviços e atividades oferecidas.

Em suma, a função cultural está intrinsecamente ligada ao fato da sociedade necessitar de informação para a sua existência, e sendo o arquivo possuidor, gestor e disseminador da informação, tem-se um olhar diferenciado, tendo em vista a demanda de serviços de

integração do arquivo com a sociedade, para que as pessoas possam entender e ter o real reconhecimento das suas necessidades de informação e do valor de utilização destes registros.

Ainda na busca pelo entendimento das funções arquivísticas, temos o quadro 2, que trata de visões distintas acerca dessas funções, apresentando os pontos de vista de cinco autores destacados da arquivística. Percebemos que os autores têm pensamentos diferenciados, que se complementam para que haja um entendimento comum acerca dessas funções.

Quadro 2: Visões dos autores acerca das funções desenvolvidas pelo arquivo

Autor/Ano	Funções desenvolvidas pelo arquivo
Bellotto (2002)	Reunir, organizar, conservar e tornar acessíveis as informações.
Bellotto (2006)	Recolher, custodiar, preservar e organizar.
Cruz Mundet (2001)	Organizar e disponibilizar a documentação administrativa; assegurar a transferência periódica dos documentos; aplicar os princípios e técnicas modernas de avaliação; classificar os fundos e manter ordenada; descrever a documentação para depois torná-la de fácil acesso; instalação adequada de documentos visando sua conservação; assegurar que essas funções sejam regulamentadas.
Paes (2004)	Tem como função básica tornar disponíveis as informações contidas no acervo documental sob sua guarda.
Rousseau e Couture (1998)	Criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão dos arquivos.
Zapata (2002)	Fonte de investigação para a história; fonte de apoio à administração; preservação ou (proteção) das estruturas de poder.

Fonte: elaboração própria.

Esse apanhado das funções desenvolvidas pelo arquivo apresenta a visão de cinco autores, no entanto são apontadas seis, pelo fato de Bellotto apresentar pequenas distinções entre 2002 e 2006. Logo, é possível identificar os seguintes fatores: a função organização é vista três vezes; a preservação está presente, quatro vezes, já o acesso é visto nas seis visões, estando um tanto quanto implícito em Zapata (2002). Contudo, é imprescindível mencionar o fato de que a preocupação com a função cultural do arquivo, não é tão facilmente visualizada

nas proposições acima. Rosseau e Couture (1998) são os únicos autores que tratam abertamente da atividade de função cultural dos arquivos.

2.1 A Função social do arquivo

De acordo com García (2011), na Espanha nos últimos 30 anos têm ocorrido uma transformação no mundo dos centros arquivísticos, onde houve uma adaptação às novas tecnologias, que repercutiu em um melhora serviço ao usuário. As atividades sociais abrangem desde palestras até exposições e empréstimos, sendo este último realizado seguindo normas e aprovações.

Nessa perspectiva, Alberch e Boadas (1991) aponta que a visão clássica do arquivo, que era vista como uma instituição quase que de exclusiva dedicação ao serviço de investigação e a administração, foi totalmente sobrepujada. Logo, percebemos que esta função social tem estado em ascensão, o que é um passo bastante largo, tendo em vista o fato de que o arquivo antes só servia a pesquisadores e historiadores, e agora passa a ser útil e valioso para o individuo “comum”, que muitas vezes não quer pesquisar para desenvolver um trabalho acadêmico, mas vai ao arquivo por necessidades corriqueiras ou para conhecer sua história ali preservada.

Dessa forma, Fugueras (2000, p.8) fala que:

A ação e a promoção cultural deve tornar-se uma excelente ferramenta para divulgar as potencialidades do arquivo e para aproximar um segmento mais amplo dos cidadãos. A utilização dos documentos com objetivos culturais foi, por um período de tempo, claramente elitista, abrangendo quase só a investigadores com formação universitária. [...] Cabe pensar que devemos nos dirigir a diferentes públicos, [...].

Assim sendo, é visível que o arquivo está além das funções básicas colocadas no segundo capítulo deste trabalho, pois ele exerce um papel cultural perante a sociedade. Dessa forma, é urgente a realização de atividades de cunho **cultural**, para que a população possa se reconhecer enquanto grupos formadores de opinião, que fazem parte da memória disseminada nos registros arquivísticos.

O arquivo propicia o encontro entre o individuo e suas lembranças, que foram construídas no decorrer do tempo e registradas em vários suportes, para que posteriormente ele se reencontrasse consigo mesmo e com seus antepassados, que por sua vez também foram participantes da história individual e coletiva da sociedade.

3. Difusão cultural nos arquivos

Bellotto (2006) pontua que os serviços de difusão cultural seguem duas vias opostas de ação, sendo uma voltada para o lançamento de elementos de dentro do arquivo para fora e outra que permite o retorno desses elementos. Já para Fugueras (2000, p.8) “a ação e promoção cultural devem tornar-se uma excelente ferramenta para divulgar as potencialidades do arquivo e para trazê-lo a um segmento mais amplo de cidadãos”. A fala dele nos mostra que a difusão cultural deve ser organizada e realizada com vistas a tornar o arquivo conhecido, para que ele deixe de servir apenas a “elite” – pesquisadores/historiadores, e possa também ser útil a população comum ².

Bellotto (2002, p.22) vem falar das inúmeras possibilidades de atividades culturais que podem ser realizadas, em arquivos de caráter histórico.

Entre tantas atividades de cunho cultural; os arquivos históricos podem oferecer à população: publicações, tanto de livros, como de revistas e boletins relativas à história regional, à literatura, à geografia, folclore etc. locais; organização de eventos comemorativos; programas de rádio e televisão em tomo de documentos importantes; aprimoramento dos circuitos turísticos nos sítios históricos; espetáculos de teatro e música em tomo de temas de história local e exposições temáticas e bem planejadas de seus documentos fora ou dentro de comemorações.

Assim, tomando como base Alberch e Boadas (1991) e Bellotto(2006), podemos elencar as atividades que podem ser desenvolvidas nos arquivos, como difusão cultural:

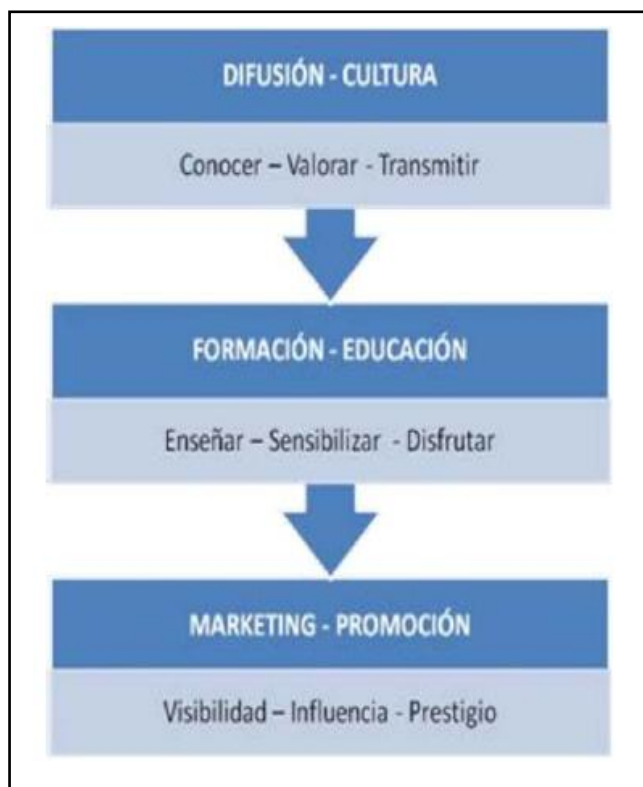
- a. **Exposições:** meio de aproximação entre a sociedade e o patrimônio documental, dos arquivos.
 - Exposições Permanentes
 - Exposições Temporais: fixas ou itinerantes
 - Exposições em ambiente Digital: temporais ou permanentes
- b. **Publicações:** canais de comunicação com o mundo exterior ao arquivo.
 - Publicações culturais: monografias; revistas de caráter histórico; boletins de informação.

² John Ridener, em seu excelente texto “*From Polders to Postmodernism: a concise history of archival Theory*” (2009), nos apresenta um ponto de vista dos arquivos como construções sociais subjetivas, submetidas ao poder das interpretações temporais. O autor desnaturaliza o conceito hegemônico dos arquivos enquanto entidades de evidências neutras e imparciais. Sendo assim, na visão pós-moderna da arquivística, defendida principalmente por cinco autores (Brien Brothman, Terry Cook, Carolyn Heald, Eric Ketelaar e Heather Macneil) os discursos hegemônicos devem ser relativizados e os conjuntos documentais devem ser a chave de representação dos interesses de diversos grupos sociais, dando o “direito de fala” a outras culturas, evidenciando o pluralismo das visões de mundo e os arquivos enquanto “significado de comunicação”.

- c. **Eventos culturais:** recitais de literatura; sessão de cinema; lançamento de livros etc.
- d. **Ação Educativa:** podem ser desenvolvidas ações que estejam sobre a competência do arquivo ou sobre a competência de escolas.
- e. **Visitas Guiadas:** proporcionar a visita de grupos de alunos, sendo guiados a conhecer um fundo documental, ou mesmo uma exposição de fotografias.
- f. **Palestras:** realizar palestras que alem sobre parte do acervo, sobre um fundo documental específico.
- g. **Mini-cursos:** atividade que pode suscitar o interesse pelo estudo de atividades de arquivo.

Nesse contexto, é importante mencionar Díaz (2002), que aborda o fato das ações culturais terem a capacidade de ser muito mais que um suporte de informação ou de comunicação. Assim, ele traz a figura 1, que trata dos objetivos da ação cultural, destacando três pontos primordiais: a difusão e a cultura, que estão entrelaçadas; a formação junto com a educação, que está ligada a sensibilização do individuo e o marketing e promoção, buscando a visualização do arquivo.

Figura 1: Objetivos da ação cultural



FONTE: Díaz, (2002, p.4)

Dessa forma, entende-se que a difusão cultural leva o indivíduo ao conhecimento das informações do arquivo, e passa a ser capaz de realizar a transmissão dessas informações. A difusão também proporciona uma sensibilização, onde a sociedade, que outrora não tinha conhecimento da existência do arquivo, é sensibilizada a adentrar e se apropriar daquele conhecimento que é inerente a ele, porque faz parte da construção da sua história, enquanto cidadão ou indivíduo.

Ao observar as visões aqui apresentadas, podemos considerar que a difusão cultural é uma forma de marketing da instituição que a promove e proporciona visibilidade do arquivo, agregando valores e prestígios para com a população “comum”.

Fugueras (2000) comenta que, é possível considerar, em sequência e em função dos recursos disponíveis, uma série de atividades que são capazes de possibilitar um amplo alcance, são eles: atividades educativas e de formação voltada para a pedagogia; atividades de caráter expositivos permanentes ou temporais; atividade de difusão geral, como publicações de divulgação, visitas de grupos, lançamento de livros, exibição de filmes etc.

Belotto (2002) também pontua que é importante que haja um bom planejamento dessas atividades culturais e educativas, pois é necessário que elas não obscureçam as finalidades básicas da instituição e sim as engrandeça ainda mais com este tipo de atividade, que é capaz de agregar ao arquivo admiração e carinho por parte da população.

Já Alberch e Boadas (1991), entende que a difusão está diretamente ligada às publicações e aos meios de comunicação. Assim, é de suma importância pensar a difusão como uma atividade ampla e que precisa ocorrer em consonância com a colaboração do arquivo, dos arquivistas, funcionários da instituição e até mesmo com outras áreas do conhecimento.

3.1 Difusão em rede: possibilidades amplas e alcances múltiplos

A contemporaneidade apresenta o conceito difundido de uma sociedade da informação, quiçá “sociedade do conhecimento”, onde as atividades humanas se tornaram dependentes das novas tecnologias da informação (TIS), possibilitando descobrir novos mundos sem ter que se deslocar a outro lugar, como bibliotecas e arquivos, pois é possível acessar esses lugares de informação através da Internet. Castells (2005, p.17) enfatiza que:

A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias. Além disso, as tecnologias de comunicação e informação são particularmente sensíveis aos efeitos dos usos sociais da própria tecnologia.

Rousseau e Couture (1998, p.217) vêm pontuar que “a democratização das tecnologias da informação, e a complexidade cada vez maior dos serviços de que a nossa sociedade se quer dotar têm como resultado criar a uma necessidade desmedida de informação”. Percebemos a perigosa contradição, pois à medida que se fala em democratização da informação, é visto que uma parte da sociedade não tem acesso à informação, ou sequer tem o conhecimento das TIS. Talvez seja uma disparidade mencionar o termo democratização das tecnologias, em proporção ao grau de analfabetismo digital existente na sociedade brasileira.

Segundo Díaz (2010), com o surgimento das novas tecnologias, criou-se um novo modelo de acesso e disseminação da informação, onde o cidadão é a parte principal dessa mudança. Nessa mesma linha de raciocínio, Castells (2005) salienta o que caracteriza o novo sistema de comunicação é a sua capacidade de inclusão e abrangência de todas as expressões culturais.

É possível que tenhamos a impressão de que as TIS progrediram mais que o alargamento da profissão e dos serviços de arquivo, caminhando mais rápido que as técnicas e condições de trabalho. Para que não haja esse descompasso, faz-se necessário buscar a melhoria por intermédio da motivação, com estratégias bem definidas.

Entre essas ações culturais, é importante pensar em incorporar estratégias para as redes sociais advindas com a WEB 2.0. Para um arquivo, as redes sociais tem o caráter de uma embaixada, onde o poder continua no espaço territorial, que é o “fundo documental”. No entanto, é preciso deixar claro que esse tipo de estratégia é um canal de dinamização, e não uma substituição da difusão. Porém, as novas tecnologias não mais são uma tendência e sim uma realidade, apresentando-se como um caminho que precisa ser percorrido emergencialmente pelos profissionais de arquivo. (DÍAZ, 2010). Partindo do pensamento para o processo na prática, é imprescindível pensar em uma proposta de difusão tendo em mente que esta deverá ser adaptada mediante a necessidade particular de cada arquivo, respeitando-se às suas especificidades. Dessa maneira, Mariz destaca a importância de se repensar os serviços de arquivo frente à nova realidade (2011, p.108):

As instituições arquivísticas estão se deparando com um desafio, o da época das redes eletrônicas, que virá a se somar às suas atividades anteriores. Frente às novas tecnologias da informação que possibilitam as redes eletrônicas, é de fundamental importância repensar todas as ações teórico-práticas que condicionariam os arquivos. Faz-se imperativo questionar suas premissas de gestão e difusão de documentos mediante a disponibilização de seu acervo na Internet.

No que tange aos benefícios da disponibilização dos acervos arquivísticos na internet, Mariz (2011), pontua as seguintes vantagens: facilitar o acesso; atingir um público maior; ampliar o atendimento aos pesquisadores; permitir pesquisas e aumentar a divulgação. Para que essas instituições arquivísticas sejam difundidas e seus sites tenham um reconhecimento por parte dos usuários, é extremamente necessário que se tenha bons instrumentos de pesquisa, pois são eles que possibilitam o contato do usuário com a informação.

No entanto, Mariz (2011) faz referência ao fato de que na realidade a rede não é tão popular quanto deveria, corroborando o ponto de vista já enfatizado neste trabalho de pesquisa. O acesso é indiscriminado, sendo em alguns aspectos limitados, como, por exemplo, os equipamentos e o analfabetismo digital. Tais fatores desmotivam o uso da Internet por parte da população menos favorecida.

Contudo, mesmo com essas dificuldades, podemos salientar que a Internet possui o enorme potencial de difundir a informação de forma rápida, eficaz, democrática e com baixos custos. Dessa forma, sendo a rede um elemento de integração social (Castells, 2005), esta é capaz de transformar o analfabetismo digital em letramento informacional.

3.2 O papel do profissional de arquivo na contemporaneidade

De acordo com Díaz (2010), o arquivista deve ser multidisciplinar e usar sempre que necessário um pouco de cada disciplina. Logo, entendemos a necessidade de haver um diálogo entre as áreas do conhecimento, posto que a arquivologia precisa sempre estar dialogando com outras ciências para compreender as necessidades e os diversos usuários da informação.

Sá e Santos (2005) reforçam que os profissionais da informação, enfatizando os arquivistas, devem sair do arquétipo “*arquivos direcionados para arquivistas*” para o modelo “*arquivos direcionados para os usuários*”. Esse novo paradigma fora evidenciado por Fonseca e Jardim (2004), que transcrevem trecho do relatório do Comitê da Sociedade de Arquivistas Americanos, de 1986, onde se destaca que os “arquivistas tendem a pensar no seu trabalho na ordem em que ele é feito. Inevitavelmente, o uso vem por último. Desde que o uso dos documentos é o objetivo de todas as outras atividades arquivísticas, os arquivistas precisam reexaminar suas prioridades”.

Mediante a fala de Fonseca e Jardim, corroborada por Sá e Santos, percebemos que na realidade de muitos arquivos o usuário só é enfatizado no período em que os documentos não são mais utilizados pela administração. Para tanto, o profissional de arquivo deve pensar no

usuário desde a produção do documento, o que facilitaria a vida do arquivista, do profissional responsável pelas TIS e dos usuários, pois ele já nasceria com um caminho a ser percorrido, que foi pensado antes mesmo da existência do documento.

Entende-se que o profissional de arquivo não vai gerir essa unidade de informação apenas enquanto espaço físico, mas o que é importante é a capacidade de se pensar nas pessoas que irão utilizar a informação organizada. Além do mais, tal profissional deve ser capaz de gerir intelectualmente a informação, pensando na necessidade dos diversos usuários, observando maneiras práticas de atendê-los.

Neste sentido, Roseau e Couture (1998, p.281) falam que:

Há que acreditar que o arquivista é um profissional cujas as atividades são indispensáveis a uma sociedade que se muniu dos meios materiais técnicos necessários à produção maciça de informações essenciais à sua sobrevivência e ao seu bem estar. O arquivista deve, contudo, continuar a garantir a solidez das suas aquisições, caminhar para o desenvolvimento de novos campos de atividade e melhorar as relações que mantém com as tecnologias da informação para as abordar totalmente e as pôr ao serviço das necessidades a que tem de responder.

Bellotto (2002) vem explicar que é incontestável que o acervo de um arquivo é de propriedade da sociedade, que foram seus produtores. Neste sentido, afirma que é dever das autoridades e do profissional de arquivo promover este encontro, o quanto antes, entre arquivo e sociedade. Logo, é por intermédio das atividades de difusão cultural que é possível tornar factível esse encontro com a realidade. Os profissionais de arquivo devem ter em mente que são os cidadãos os maiores interessados na preservação e disponibilização de tais acervos.

4. A pós-difusão e o comportamento informacional

Ao avaliarmos as consequências advindas com a realização da difusão cultural, iremos introduzir neste estudo o termo pós-difusão, que vem a ser o que ocorre depois da atividade de difusão em um arquivo. É o retorno do indivíduo, que à medida que volta ao arquivo, passa a ser agora usuário real dos serviços do arquivo.

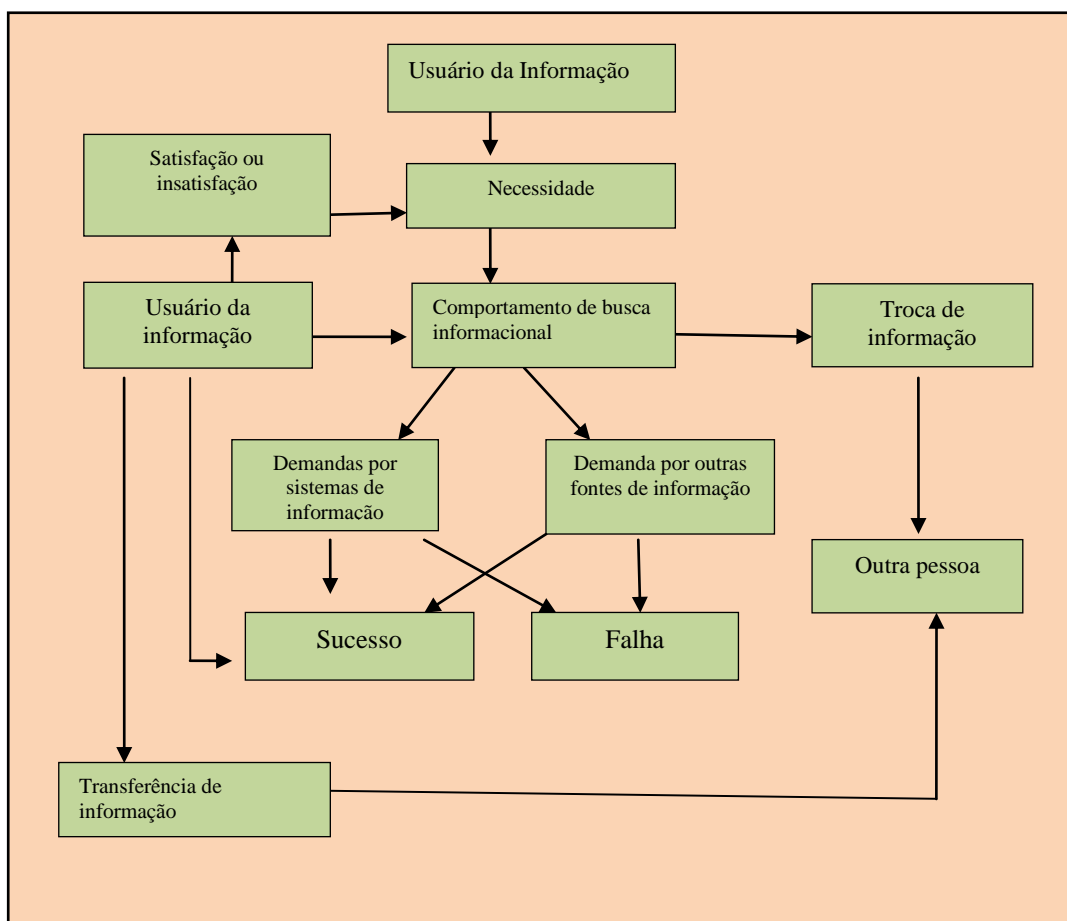
Podemos dizer que a pós-difusão é análise da atividade cultural, com vistas a entender fatores intrínsecos e extrínsecos ao evento, tais como: o que funcionou, quem foram os visitantes, qual o perfil desses usuários potenciais, o que precisa ser melhorado etc. Neste sentido, o arquivo pode promover um aumento no fluxo de visitas, tendo-se então a necessidade de realização de outras atividades culturais que possibilitem um maior interesse dos usuários.

De acordo com Wilson (2000), comportamento informacional é todo comportamento humano relacionado às fontes e canais de informação, incluindo a busca ativa e passiva de informação e o uso da informação. Isso inclui a comunicação pessoal e presencial, assim como a recepção passiva de informação, como a que é transmitida ao público quando este assiste aos comerciais da televisão sem qualquer intenção específica em relação à informação fornecida.

De acordo com Martínez-Silveira e Oddone (2007) em 1981, Wilson arquitetou um modelo de comportamento informacional, guiado pelas necessidades fisiológicas, cognitivas e afetivas dos indivíduos. O assunto dessas necessidades seria configurado pelo próprio indivíduo, pelas demandas de seu papel na sociedade e pelo meio ambiente em que sua vida e seu trabalho se desenrolam. As barreiras que interferem na busca de informação surgiriam deste mesmo contexto.

Assim, temos abaixo esse modelo, para podermos visualizar melhor como se dá esse comportamento. O modelo tem como ponto inicial o usuário da informação, que mediante suas diversas necessidades exerce comportamentos distintos, seja com relação à demanda por sistemas informacionais ou mesmo por outras fontes de informação, havendo diferenciações nos casos de sucesso ou falha na busca.

Figura 2: Modelo de comportamento Informacional



Fonte: Wilson (1981).

De acordo com Cruz Mundet (2001), os primeiros usuários que se aproximam dos arquivos, quando passam a ser abertos ao público, foram os eruditos: historiadores, paleógrafos, genealogistas etc, aos quais com o passar do tempo uniram investigadores universitários.

No que tange aos novos usuários dos arquivos, Cruz Mundet (2001) vem mostrar que nos anos cinquenta iniciou-se uma mudança de tendência ou transformação com relação aos novos usuários. Assim, ele agrupa esses novos usuários em admiradores (fãs) e estudantes. Ou seja, os fãs são pessoas com formações distintas, porém não são historiadores. Ele explica que na maioria das vezes procedem do setor terciário, ativo ou aposentado.

Ainda neste sentido, o autor vem explicar que a preferência desses novos usuários, aposentados, é a genealogia³ e a história local. Vemos que eles nascem amparados com a cultura de massa e o tempo livre, pelo fato de serem “inativos”. Logo, eles apresentam um novo perfil de usuários, diferentes dos usuários reais que já pesquisavam no arquivo. Neste sentido, Cruz Mundet (2001) elenca cinco pontos:

- a. suas demandas são por princípios gerais e muito específicas e entram em choque com o *modus operandi*⁴ tradicional dos centros;
- b. a corriqueira incompatibilidade dos horários, que os levam a reclamar que os serviços precisam estar abertos por um período de tempo maior;
- c. o desconhecimento das técnicas de investigação colocam os arquivistas diante de um dilema de abundante atenção;
- d. a crescente familiaridade com as novas tecnologias; e,
- e. a experiência demonstra que as demandas informativas de caráter administrativo, constituem o grosso da consulta.

³ Genealogia: ciência que tem por objeto a pesquisa da origem e da filiação das famílias. Uma investigação genealógica rígida pode possibilitar ao indivíduo o conhecimento de sua ascendência.

⁴ Modus operandi: é um modo de funcionamento, ou seja, entende-se que é a maneira tradicional de funcionamento dos centros.

Dessa forma, é oportuno mencionar que esses novos usuários não são apenas os idosos que necessitam de uma ocupação ou tem um real interesse pela informação arquivística, mas também é composta por indivíduos com as mais diversas necessidades, ou mesmo pela simples curiosidade de conhecer esse “novo lugar”, que sempre existiu, mas que estava um tanto quanto que “invisível” para a sociedade.

Pelo fato do arquivo na “pós-modernidade” constituir um elemento ativo e essencial envolvido nos discursos dos processos de comunicação, sendo interpretados como uma “linguagem” específica para a construção dos discursos de novas realidades, Cruz Mundet (2001, tradução nossa) apresenta dois fatores preponderantes aos serviços de tais unidades:

- a) a influência desse público que levou os arquivistas a encontrar novas formas de comunicação; e,
- b) graças à pressão da demanda, combinada com a dos arquivistas, a atitude dos poderes públicos a respeito dos arquivos tem melhorado de forma sensível.

Tais circunstâncias estão impressas nos debates atuais que se fazem presentes sob a construção de um possível diálogo entre a sociedade civil organizada e o Estado por intermédio da observação do “controle social” das instituições, expressos pelos ideais contemporâneos de governança, transparência administrativa e *accountability*. Os movimentos intensificados mundialmente de acesso à informação nos arquivos acabam por incluir a informação orgânica arquivística no bojo das preocupações das políticas públicas, denotando a busca por uma cidadania representativa para o fortalecimento dos pressupostos das sociedades democráticas.

5 Considerações finais

O presente trabalho evidenciou a necessidade de se destacar a difusão cultural dos arquivos como uma função em semelhante nível de importância às outras funções arquivísticas. Perpassamos tais funções evidenciando a pluralidade de usos a que se submetem os acervos na contemporaneidade, enfatizando a sua função de cunho social. Neste ponto ganhou destaque a difusão cultural, dando maior relevo ao aspecto da utilização das redes de informação e compartilhamento, tão em voga na ação de interação ocorrida entre os usuários e os arquivos por intermédio da Web 2.0. Por último, discorreremos sobre o papel do profissional de arquivo e sua possibilidade de abranger em suas iniciativas de trabalho a “pós-difusão”,

como um aspecto de observação do impacto de suas atividades e eventos sobre a realidade dos cidadãos.

Dessa forma, é extremamente necessário que tal profissional, que tem como objeto de trabalho os registros de arquivo, esteja preocupado com essas questões desde sua formação, tornando-se um arquivista capaz de entender as reais necessidades do arquivo e dos seus usuários, proporcionando um encontro entre o indivíduo e a informação arquivística.

O arquivista de hoje, não é mais o “guardador de papeis”, “o tirador de poeira”, muito menos “o dono da informação”. Tal profissional hoje assume o papel de facilitador da busca pela informação. Em outras palavras, nesta nova realidade estamos diante de um “mediador cultural”, conforme salientam Malheiro e Ribeiro (2001), sendo um profissional que está além da mera técnica, que não se sustenta diante das anomalias causadas pelos impactos das TIS, devendo pensar e formular novas teorias que agreguem novas ideias aos conhecimentos já existentes.

Fugueras (2000) diz que não existe um futuro para profissão de arquivista se não formos capazes colocar a formação como prioridade de nossos horários de trabalho, e nos prepararmos para ser um profissional adequado. Assim, fica claro que o profissional da atualidade, não é mais aquele que passa quatro anos sentado em uma cadeira de sala de aula, respondendo sim ou não. O bom profissional, é aquele que está da academia discutindo e criticando o que lhe é colocado.

É visto que os novos usuários da informação são exigentes e passam a requerer do arquivista uma preocupação com o futuro, onde a população terá conhecimento dos seus direitos de acesso à informação e irá cobrar por eles. Logo, não basta mais ter uma formação acadêmica para atender as necessidades informacionais do público, é preciso ser profissionais pensantes, que discutem e promovem mudanças.

Nessa perspectiva, fica clara a importância da realização de atividades culturais, que proporcionem a população conhecerem a existência do arquivo, com outra visão, e não mais com um olhar de desprezo pelo arquivo que antes era “morto”, e tem ressurgido diante da urgência informacional que a sociedade atual tem vivido.

A difusão cultural é a prática dessa urgência informacional. Contudo, é imprescindível enxergar sob outra ótica essa atividade cultural e pensar também em uma “pós-difusão”, para analisar quem foram os participantes da atividade, suas dificuldades, seus anseios, o que é preciso ser melhorado, ou seja, é compreender o processo, o público atingido e as mudanças que devem ser realizadas para melhor atender e entender esses usuários.

Concluindo, percebemos que ainda estamos a passos largos de fazer o arquivo visível para a sociedade, entretanto é uma tarefa que deve ser contínua e realizada de acordo com o perfil do entorno do arquivo e do público que queremos atingir. Sendo assim, este trabalho é apenas uma parte do que ainda precisa ser pesquisado e discutido acerca da difusão cultural nos arquivos e seus desdobramentos.

Referências

- ALBERCH, Ramón; BOADAS, Joan. **La función cultural de los archivos. Euskadi: Argitaratzailea**, 1991. Disponível em: <<http://www.snae.org/pdf/ikerlanak3.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2012.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.
- BELLOTTO, Heloisa Liberali. Difusão Editorial, Cultural e Educativa em Arquivos. In _____: **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- _____. **Como desenvolver políticas de ação cultural e educativa em arquivos**. São Paulo: Arquivo do estado, 2002. (Projeto como fazer).
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra S.A., 1999. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/site/aulas/134/Castells,M.%20A%20sociedade%20em%20rede.%20Pro1%F3go.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2012.
- CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de archivística**. 6. ed. Espanha: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2001.
- DÍAZ, Julio Cerdá. Los archivos, um lugar para descobrir. Experiencias de dinamización cultural. 2010, Madrid. **Anais eletrônicos...** León: Jornadas Archivando: los archivos privados, 2010. Disponível em: <http://archivossierrapambley.files.wordpress.com/2011/01/j_cerdc3a1.pdf>. Acesso em: 17 maio 2012.
- FONSECA, Maria Odila; JARDIM, José Maria. **Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte**. DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação, v.5, n.5. Disponível em <http://www.dgzero.org/Out04/Art_04.htm>. Acesso em 20/01/08.
- FUGUERAS, Alberch Ramon. Ampliación del uso social de los archivos: estrategias y perspectivas. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS DE TRADIÇÃO IBÉRICA. 2000, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Associação Latinoamericana de Archivos; Arquivo Nacional; Conselho Nacional de Arquivos, 2000. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/ampliacin_del_uso_social_de_los_archivos.pdf>. Acesso em: 11 maio 2012.

GARCÍA, María José Turrión. *Gestión y Producción de Exposiciones*. Documentos de archivo. Salamanca. **Anais eletrônicos...** León: Jornadas Archivando: los archivos privados, 2010.

Disponível em:

<http://archivosierrapambley.files.wordpress.com/2011/01/m_j_turric3b3n.pdf>. Acesso em: 17 maio. 2012.

MALHEIRO, Armando; RIBEIRO, Fernanda. **Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação**. Recife: Néctar, 2011, 217p.

MARIZ, Anna Carla Almeida. *Arquivos Públicos Brasileiros: Análise da Evolução da Transferência da informação Arquivística na Internet*. 2011, Santa Catarina. **Anais eletrônicos...** Santa Catarina: Encontros Bibli: Revista eletrônica de biblioteconomia e Ciência da informação, 2011. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16nesp1p106>>

Acesso em 27 jun. 2012.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MARTÍNEZ-SILVEIRA, Martha; ODDOE, Nanci. *Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos*. 2007, Brasília. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652007000200012>.

Acesso em: 23 jun. 2012.

PAES, Marilena Leite. *Arquivos Especiais*. In_____. **Arquivo: Teoria e Prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

RIDENER, John. **From Polders to Postmodernism: a concise history of archival theory**. Ridener, John. Litwin Books, LLC, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SÁ, Ivone Pereira de. SANTOS, Paula Xavier dos. **A Face Oculta da Interface: Serviços de informação Arquivística na Web centrados no usuário**. Rio de Janeiro, 2005.

SÃO PAULO. *Arquivo público do estado de São Paulo*. São Paulo: Arquivo Público, 2009.

Disponível em: < http://www.arquivoestado.sp.gov.br/difusao/acao_exposicoes.php>. Acesso em: 11 maio 2012.

SHELLENBERG, T. R. *Importância dos arquivos*. In_____. **Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

WILSON, Ian. **Recent trends in user studies: action research and qualitative methods**. *Information Research*, v. 5, n. 3, Apr. 2000. Disponível em:

<<http://informationr.net/ir/5-3/paper76.html>> Acesso em: 27 Jul. 2012.

ZAPATA, Carlos Alberto. **Los Archivos Como Activo Estrategic para la Investiación**. In: ENCUESTRO DE ARCHIVOS E INVESTIGACION, 2., 2002, Bogotá. **Anais eletrônicos...**

Bogotá, 2002. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/handle/10760/9991>> Acesso em: 02 jul. 2012.